

# SUMÁRIO

Abreviaturas .....	19
Nota à 11ª Edição .....	23
Apresentação .....	25
Prefácio .....	29

## PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<i>Capítulo 1 — O Estado e a Proteção Social ao Trabalhador</i> .....	33
1.1 Prólogo .....	33
1.2 O Surgimento da Noção de Proteção Social .....	34
1.3 A Mútua Assistência e a Caridade .....	35
1.4 A Assistência Social Estatal .....	35
1.5 A Formação do Conceito de Bem-Estar Social .....	36
1.6 Evolução da Previdência Social — Do Modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge .....	40
<i>Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social</i> .....	47
2.1 A Intervenção do Estado e a Dignidade da Pessoa Humana .....	47
2.2 A Solidariedade Social .....	49
2.3 A Compulsoriedade da Filiação .....	50
2.4 A Proteção aos Previdentes .....	51
2.5 A Redistribuição de Renda .....	51
2.6 O Risco Social .....	53
2.7 Da Previdência à Segurança Social .....	53
<i>Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social</i> .....	55
3.1 Sistemas Contributivos e Não Contributivos .....	56
3.2 Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização .....	57
3.3 Sistemas Privados de Previdência .....	58
3.4 O Sistema de Pilares .....	59
<i>Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil</i> .....	61
4.1 Primeiras Regras de Proteção .....	62
4.2 A Lei Eloy Chaves .....	63
4.3 Os Institutos de Classe .....	64
4.4 Da Criação do INPS à Constituição de 1988 .....	66
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....	67
4.6 A Criação do INSS e as Primeiras Reformas .....	69

4.7 A Emenda Constitucional n. 20 .....	71
4.8 O Fator Previdenciário e o Novo Período Básico de Cálculo .....	74
4.9 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42 .....	75
4.10 A Emenda Constitucional n. 47/2005 .....	76
<i>Capítulo 5 — O Direito Previdenciário .....</i>	<i>77</i>
5.1 Conceito e Objeto de Estudo .....	77
5.2 Autonomia Científica .....	78
5.3 Classificação perante a Divisão Didático-Enciclopédica do Direito .....	80
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito .....	81
5.5 Fontes do Direito Previdenciário .....	83
<i>Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário .....</i>	<i>89</i>
6.1 Antinomias e Critérios de Solução .....	90
6.2 Lacunas do Ordenamento e sua Solução .....	91
6.3 Interpretação das Normas .....	92
6.4 Vigência e Eficácia das Normas no Tempo .....	93
6.5 Vigência e Eficácia das Normas no Espaço .....	94
6.6 Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil .....	95
<i>Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário .....</i>	<i>99</i>
7.1 Princípios Gerais de Direito Previdenciário .....	99
7.2 Princípios Constitucionais da Seguridade Social .....	101
7.3 Princípios Específicos de Custeio .....	104
7.4 Princípios Específicos de Previdência Social .....	107
<i>Capítulo 8 — Regimes Previdenciários .....</i>	<i>113</i>
8.1 O Regime Geral de Previdência Social — RGPS .....	113
8.2 Regimes de Previdência de Agentes Públicos Ocupantes de Cargos Efetivos e Vitalícios .....	114
8.3 Regime Previdenciário Complementar .....	134
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas .....	138

## PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<i>Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social .....</i>	<i>141</i>
1.1 Sistema Nacional de Seguridade Social .....	141
1.2 Ministérios da Área da Seguridade Social .....	142
1.3 Instituto Nacional do Seguro Social — INSS .....	143
1.4 Gestão Descentralizada .....	145
1.5 Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS .....	145
1.6 Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS .....	146

1.7	Conselhos de Previdência Social — CPS .....	147
1.8	Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS .....	149
1.9	Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC .....	150
1.10	Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS .....	151
1.11	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais .....	153
	<i>Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio</i> .....	155
2.1	Definição da Relação Obrigacional .....	155
2.2	Autonomia da Relação de Custeio .....	156
2.3	Identidade com a Relação Obrigacional Tributária .....	159
	<i>Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social</i> .....	161
3.1	Segurados da Previdência Social .....	162
3.2	Empresa e Entidades Equiparadas .....	162
3.3	Matrícula da Empresa, do Produtor Rural Pessoa Física e do Segurado Especial .....	163
3.4	Empregador Doméstico .....	166
3.5	Apostadores de Concursos de Prognósticos .....	167
	<i>Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social</i> .....	169
4.1	Definição da Relação de Seguro Social .....	169
4.2	Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação .....	170
4.3	Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social .....	171
	<i>Capítulo 5 — Segurados do Regime Geral de Previdência Social</i> .....	175
5.1	Segurados — Definição .....	175
5.2	Segurados Obrigatórios .....	175
5.2.1	Empregado Urbano e Rural .....	177
5.2.2	Empregado Doméstico .....	186
5.2.3	Contribuinte Individual .....	187
5.2.4	Trabalhador Avulso .....	192
5.2.5	Segurado Especial .....	193
5.3	Segurado Facultativo .....	198
5.4	A Menoridade e a Filiação como Segurado .....	199
5.5	Aposenrado que Retorna à Atividade .....	201
	<i>Capítulo 6 — Filiação dos Segurados</i> .....	203
	<i>Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado</i> .....	207
	<i>Capítulo 8 — Dependentes</i> .....	213

<i>Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes</i> .....	219
9.1 Inscrição dos Segurados .....	219
9.2 Inscrição de Dependentes .....	221

### PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

<i>Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social</i> .....	227
1.1 Sistema Contributivo .....	230
1.2 Participação da União .....	230
1.3 Contribuições Sociais .....	232
1.3.1 Conceituação .....	232
1.3.2 Natureza Jurídica .....	233
1.3.3 Características Gerais .....	235
1.4 Outras Receitas da Seguridade Social .....	237
<i>Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema</i> .....	239
2.1 Salário de Contribuição .....	239
2.2 Salário-Base .....	250
2.3 Contribuição dos Segurados Empregado, Doméstico e Trabalhador Avulso .....	252
2.4 Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo .....	253
2.5 Contribuições das Empresas .....	255
2.5.1 Contribuição sobre a Folha de Pagamento .....	255
2.5.2 Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos .....	258
2.5.3 Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais .....	264
2.5.4 Contribuição sobre a Receita e o Faruramento .....	267
2.5.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS .....	270
2.5.6 PIS/PASEP .....	277
2.5.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL .....	278
2.5.8 Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES .....	279
2.6 Contribuições do Importador de Bens e Serviços do Exterior .....	285
2.7 Contribuições Decorrentes do Trabalho Prestado em Obras de Construção Civil .....	287
2.7.1 Conceito de Obra de Construção Civil .....	288
2.7.2 Cadastro-Matrícula de Obra de Construção Civil .....	289
2.7.3 Obra de Responsabilidade de Pessoa Jurídica .....	293
2.7.4 Obra de Responsabilidade de Pessoa Física .....	295



2.7.5 Aferição Indireta das Contribuições .....	296
2.7.6 Apuração de Salário de Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura .....	297
2.7.7 Apuração de Salário de Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra .....	298
2.7.8 Retenção na Construção Civil .....	298
2.8 Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional .....	299
2.9 Contribuição do Empregador Doméstico .....	300
2.10 Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial .....	301
2.11 Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica .....	303
2.12 Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos .....	304
2.13 Contribuições Destinadas a Terceiros .....	304
<i>Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social</i> .....	307
3.1 Requisitos para a Isenção .....	309
3.2 Requerimento e Deferimento da Isenção .....	310
3.3 Alcance da Isenção .....	312
3.4 Revisão da Isenção .....	312
<i>Capítulo 4 — Remissão e Anistia</i> .....	315
<i>Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização</i> .....	319
5.1 Competência dos Órgãos de Arrecadação e Fiscalização .....	319
5.2 Arrecadação e Recolhimento das Contribuições .....	320
5.3 Obrigações Acessórias .....	324
5.4 Prerrogativas da Fiscalização .....	329
5.5 Inadimplemento e Acréscimos Moratórios .....	331
5.6 Restituição de Contribuições, Compensação e Reembolso de Benefícios .....	335
5.6.1 Restituição de Contribuições e Compensação .....	335
5.6.2 Reembolso de Benefícios .....	340
5.7 Parcelamento de Débitos .....	342
<i>Capítulo 6 — Responsabilidade Solidária e por Substituição Tributária</i> .....	347
6.1 Construção Civil .....	348
6.2 Grupo Económico .....	350
6.3 Responsabilidade dos Sócios e Titulares .....	350
6.4 Tomador de Serviços .....	351
6.5 Administradores Públicos .....	355
6.6 Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra .....	355

<i>Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social</i> .....	357
7.1 O Conflito de Normas: Lei de Custeio e CTN .....	358
7.2 A Decadência na Exigibilidade de Contribuições .....	361
7.3 A Prescrição do Direito de Cobrança dos Créditos .....	366
7.4 Prescrição na Restituição e Compensação de Contribuições .....	369
7.5 Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal .....	370
 <i>Capítulo 8 — Prova de Regularidade Fiscal</i> .....	 371
 <i>Capítulo 9 — Processo Administrativo Fiscal</i> .....	 377
9.1 Constituição do crédito da Seguridade Social .....	377
9.1.1 Notificação de Lançamento .....	382
9.1.2 Auto de Infração — AI .....	382
9.2 Tramitação e Julgamento .....	384
9.3 Depósito Recursal — Exigibilidade .....	386
 <i>Capítulo 10 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial</i> .....	 389
 <i>Capítulo 11 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho</i> .....	 405
11.1 Aplicação da Norma em Função do Tempo .....	418
11.2 Conflitos de Competência .....	419
11.3 Condição da União na Lide Trabalhista .....	420
11.4 Legislação Aplicável .....	421
11.5 Créditos Executáveis .....	422
11.6 As Prerrogativas da União .....	425
11.7 Validade do Procedimento .....	427
11.8 O Procedimento da Execução .....	430
 <i>Capítulo 12 — Dos Crimes contra a Previdência Social</i> .....	 437
12.1 O Regime da Lei n. 9.983/2000 .....	437
12.2 Apropriação Indébita Previdenciária .....	438
12.2.1 Inocorrência da <i>Abolitio Criminis</i> da Conduta Prevista no Art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91 .....	442
12.2.2 Constitucionalidade .....	444
12.2.3 Tipo Objetivo .....	445
12.2.4 Tipo Subjetivo .....	446
12.2.5 Consumação e Tentativa .....	446
12.2.6 Sujeito Ativo .....	446
12.2.7 Sujeito Passivo .....	448
12.2.8 Crime Continuado .....	448
12.2.9 Ação Penal .....	449
12.2.10 Extinção da Punibilidade .....	450

12.2.11 Adesão ao REFIS e ao PAES .....	452
12.2.12 Perdão Judicial .....	458
12.2.13 Dificuldades Financeiras .....	458
12.2.14 Princípio da Insignificância .....	460
12.2.15 Prisão por Dívida .....	462
12.3 Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações .....	463
12.4 Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações .....	464
12.5 Sonegação de Contribuição Previdenciária .....	464
12.6 Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas .....	465
12.7 Falsidade Documental .....	466
12.8 Falsificação de Documento Público .....	466
12.9 Violação de Sigilo Funcional .....	466
12.10 Equiparação a Funcionário Público .....	467

## PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

<i>Capítulo 1 — Introdução</i> .....	471
<i>Capítulo 2 — Concessão da Prestação Previdenciária</i> .....	475
2.1 Suspensão do Benefício .....	478
2.2 Cancelamento do Benefício .....	480
<i>Capítulo 3 — Períodos de Carência</i> .....	483
<i>Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício</i> .....	491
4.1 Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo .....	492
4.2 Fator Previdenciário .....	598
4.3 Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário .....	500
4.4 Renda Mensal Inicial .....	501
4.5 Valor-Limite dos Benefícios .....	505
<i>Capítulo 5 — Reajustamento e Reversão do Valor dos Benefícios</i> .....	507
5.1 Índices de Correção dos Salários de Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário de Benefício .....	509
5.2 Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência .....	511
5.3 Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários de Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988 .....	511
5.4 Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos .....	512
5.5 Auto- Aplicabilidade do Art. 202, <i>Caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91) .....	513

5.6 Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	514
5.7 Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos .....	515
5.8 Valor Mínimo dos Benefícios .....	516
5.9 Gratificação Natalina de 1988/1989 .....	516
5.10 URP de Fevereiro de 1989 .....	517
5.11 Salário Mínimo de Junho de 1989 .....	517
5.12 Expurgos Inflacionários .....	517
5.13 Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91 .....	518
5.14 Reajustes Quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93 .....	518
5.15 Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94 .....	519
5.16 Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994 .....	520
5.17 Reajustamento dos Benefícios pelos Índices Integrais do IGP-Di nos Meses de Junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 .....	521
5.18 Revisão da Renda Mensal da Pensão por Morte .....	521
5.19 Demais Revisões Decorrentes da Lei n. 9.032/95 .....	523
5.20 Aplicação do Novo Teto dos Benefícios Fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003 .....	524
5.21 Primeiro Reajuste após a concessão do Benefício .....	526
5.22 Apuração da Renda Mensal Inicial do Auxílio-Doença e da Aposentadoria por Invalidez .....	526
5.23 - Renda Mensal Inicial da Aposentadoria por Invalidez Precedida de Auxílio-Doença .....	528
<i>Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios</i> .....	531
6.1 Pagamento Feito a Terceiros .....	533
6.2 Intangibilidade do Valor do Benefício .....	534
6.3 Acumulação de Benefícios .....	536
<i>Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais</i> .....	539
7.1 Evolução Histórica da Proteção Acidentária .....	539
7.2 Conceito de Acidente do Trabalho .....	541
7.3 Doenças Ocupacionais .....	544
7.4 Nexo Causal e Concausalidade .....	545
7.5 Aspectos da Proteção Previdenciária à Víctima de Acidente .....	549
7.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT .....	550
7.7 Responsabilização do Tomador dos Serviços .....	551
7.7.1 Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador .....	551
7.7.2 Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador .....	552



7.7.3 A Teoria do Risco Social – Cobertura pela Previdência Social .....	552
7.7.4 Responsabilidade Penal .....	552
7.7.5 Sanções Administrativas .....	553
7.8 Direito à Indenização Civil .....	553
7.9 O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador .....	562
7.10 Estabilidade do Empregado Acidentado .....	564
<i>Capítulo 8 — Benefícios em Espécie</i> .....	569
8.1 Aposentadoria no RGPS .....	569
8.1.1 Direito à Desaposentação .....	570
8.1.2 Aposentadoria e Vínculo de Emprego .....	574
8.2 Aposentadoria por Invalidez .....	578
8.3 Aposentadoria por Idade .....	584
8.3.1 Aposentadoria por Idade do Trabalhador Rural .....	587
8.4 Aposentadoria por Tempo de Serviço .....	594
8.5 Aposentadoria por Tempo de Contribuição .....	595
8.5.1 Aposentadoria do Professor .....	600
8.5.2 Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria .....	602
8.6 Aposentadoria Especial .....	602
8.6.1 Conversão do Tempo de Serviço/Contribuição .....	612
8.6.2 Conversão do Tempo Especial de Professor em Tempo Comum .....	617
8.7 Pensão por Morte .....	621
8.8 Auxílio-Doença .....	633
8.9 Auxílio-Reclusão .....	641
8.10 Auxílio-Acidente .....	646
8.11 Salário-Família .....	651
8.12 Salário-Maternidade .....	654
8.13 Abono Anual .....	663
8.14 Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente - LOAS .....	664
<i>Capítulo 9 — Benefícios Extintos</i> .....	671
9.1 Renda Mensal Vitalícia .....	671
9.2 Auxílio-Natalidade .....	672
9.3 Auxílio-Funeral .....	672
9.4 Pecúlio .....	673
9.5 Abono de Permanência em Serviço .....	673
9.6 Aposentadorias Diferenciadas .....	674
<i>Capítulo 10 — Serviços</i> .....	677
10.1 Serviço Social .....	677
10.2 Habilitação e Reabilitação Profissional .....	677

<i>Capítulo 11 — Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários</i> .....	679
11.1 Prova do Tempo de Contribuição .....	683
11.2 Reconhecimento do Tempo de Filiação .....	686
11.3 Atividade Rural e o Regime de Economia Familiar .....	687
11.4 Aluno-Aprendiz .....	691
11.5 Efeitos das Decisões Trabalhistas frente ao INSS .....	693
11.6 Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição .....	701
11.7 Justificação Administrativa .....	704
11.8 Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Contribuição .....	706
 <i>Capítulo 12 — Prescrição e Decadência em Matéria de Benefícios</i> .....	 707
12.1 Prescrição do Direito a Prestações .....	707
12.2 Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário .....	 709
 <i>Capítulo 13 — Ações Previdenciárias</i> .....	 713
13.1 Competência para as Ações Previdenciárias .....	715
13.1.1 Prestações Comuns .....	716
13.1.2 Competência Federal Delegada .....	716
13.1.3 Ações Acidentárias .....	717
13.1.4 Causas Referentes ao Benefício Assistencial .....	719
13.2 Prévio Ingresso na Via Administrativa .....	720
13.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal .....	722
13.3.1 Competência dos JEFs .....	723
13.3.2 Valor da Causa .....	724
13.3.3 Renúncia .....	725
13.3.4 Legitimidade .....	726
13.3.5 Sentença Líquida .....	727
13.3.6 Recursos .....	727
13.3.7 Cumprimento da Sentença .....	731
13.3.8 Aplicação da Lei dos JEFs em caso de Delegação de Competência .....	 732
13.3.9 Nulidades .....	732
13.3.10 Custas e Honorários Advocatícios .....	733
13.4 Pagamentos Devidos pelo INSS .....	734
13.4.1 Evolução Legislativa .....	735
13.4.2 Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	736
13.4.3 Pagamento por Precatório .....	737
13.4.4 Complemento Positivo .....	737
13.5 Idosos .....	737
13.6 Coisa Julgada Previdenciária .....	738

## PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<i>Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Contemporâneo</i> .....	745
<i>Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado</i> .....	755
<i>Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira</i> .....	765
<i>Capítulo 4 — As Perspectivas da Previdência Social Brasileira - A Experiência do Fórum Nacional da Previdência Social</i> .....	773

### APÊNDICE — SÚMULAS SOBRE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E MATÉRIAS AFINS

Supremo Tribunal Federal .....	803
Súmulas Vinculantes do STF .....	806
Tribunal Federal de Recursos .....	807
Superior Tribunal de Justiça .....	810
Tribunal Superior do Trabalho .....	812
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST .....	817
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias) .....	821
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST .....	822
Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST .....	822
Tribunal Regional Federal da 1ª Região .....	823
Tribunal Regional Federal da 2ª Região .....	824
Tribunal Regional Federal da 3ª Região .....	825
Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	826
Tribunal Regional Federal da 5ª Região .....	828
Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....	829
Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região .....	832
Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região .....	832
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Acre .....	833
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia .....	833
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo .....	834

Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul .....	837
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais - 1ª Turma Recursal .....	838
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais - 2ª Turma Recursal .....	838
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro .....	839
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul .....	842
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia .....	842
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina .....	843
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo .....	844
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe .....	846
Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Tocantins .....	847
Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF .....	849
Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho .....	853
Enunciados da Advocacia Geral da União .....	855
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social .....	857
<b>Bibliografia .....</b>	<b>861</b>

## ANEXOS

Códigos de Interpretação dos Benefícios Concedidos pelo INSS .....	873
Tabelas de Contribuições Mensais .....	876
Tabelas de Incidência .....	884
Contribuição Sobre a Produção Rural .....	889
Contribuição Sobre a Folha de Pagamento a Partir de 01.11.91 .....	891
Relação de Códigos de Pagamento .....	895
Tabelas de Valores para Salário-Família e Auxílio-Reclusão .....	900
Tabelas de Salário Mínimo e Valor Máximo do Salário de Benefício .....	900
Tabela de Carência - Art. 142 da Lei 8.213/91 .....	901
Tabela de Enquadramento do Período de Atividade Especial .....	901